

unanimidade.

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a sessão.

Da mesma se lavou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia, José Luis Sousa Rebelo, pelo primeiro secretário Cristina Maria Silva Janeiro, nomeada no início da reunião em substituição do titular do lugar Álvaro Manuel Centeio, ausente por motivo justificado e segundo secretário Anabela da Conceição Marques Mateus.

Presidente da Assembleia: José Luis Sousa Rebelo

1º Secretário: Cristina Maria da Silva Janeiro

2º Secretário: Anabela da Conceição Marques Mateus

### Ata Nº 100

Aos vinte e quatro dias do mês de Novembro de dois mil e dezoito, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Geral do Centro Social Polivalente de Ega, na sua sede sita em Rua da Calçada nº 20, Casal da Uilc, Ega concelho de Condeixa-a-Nova, convocada para as vinte horas e trinta minutos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um: Ratificação da ata da reunião anterior;

Ponto dois: Programa de Acção para dois mil e dezanove

Conta de Exploração Previsional e Orçamento;

a) leitura do parecer do Conselho Fiscal

b) discussão e votação

Ponto três: E.R.P.Z. - Ponto da situação

Ponto quatro: Aprovação, em minuta, da ata da presente reunião

Por não se encontrarem presentes a maioria dos sócios, com direito a voto à hora marcada, a sessão teve início meia hora depois, nos termos do Artigo 31º-1 dos Estatutos.

O Sr. Presidente da Assembleia Geral deu início à sessão com o ponto um, ratificação da Ata, não havendo

qualquer natureza a fazer por parte dos sócios.

De seguida passou ao ponto dois, Programa de Acção para dois mil e dezasseis e Conta de Exploração Previsional e Orçamento, dando a palavra ao Presidente da Direcção.

O Sr. Presidente esclareceu os sócios, que os documentos em apresentação - O Plano de Acção e Conta de Exploração Previsional e Orçamento - tinham um carácter previsorial tendo sido elaborados pela Directora Técnica e o Contabilista Certificado, respectivamente e aprovados pela Direcção.

Referiu ainda, que não fora possível fazer alterações significativas no Plano, dado a G.R.P. não ter iniciado a sua actividade em dois mil e dezasseis, não permitindo assim, a concretização de algumas actividades, mantendo-se estas no actual Plano. Para concluir este assunto verbalizou que os dois documentos foram previamente colocados no site da instituição para consulta, passando a palavra à Directora Técnica para a apresentação do respectivo Plano de Acção.

Depois de esclarecida a estrutura do documento e as fontes utilizadas para a elaboração do mesmo, a Directora Técnica apresentou as cinco principais áreas de intervenção: Recursos Humanos, Organização de Processos, Sócios e Comunidade, Funcionalidade e Recursos Materiais e por fim Utilitários.

Destacou a importância do investimento institucional na formação dos seus colaboradores, como meio de promoção de qualidade e bem-estar dos seus utilizadores e da necessidade de reestruturação do Quadro de Pessoal e das respectivas funções dos colaboradores, tendo em conta o desenvolvimento da nova resposta social. Ainda a pensar na G.R.P.I fez referência aos possíveis técnicos a contactar - Psicólogo e Enfermeiro - considerando-os uma mais valia para a promoção e

manutenção de bem-estar físico e psicológico dos utentes. Para terminar destacou a necessidade de implementação ou reformulação de procedimentos para diminuição e controlo de despesas e ainda manifestou o desejo de uma maior participação da comunidade na vida da Instituição.

Perante esta apresentação o Presidente da Direcção exteriorizou a sua satisfação com a preocupação da equipa em conter despesas, pois a nova sede apresenta uma construção moderna, prevenindo-se um aumento dos custos, passando à apresentação da Conta de Exploração Previsional e Orçamento para dois mil e dezasseis.

Teceu considerações sobre a Conta de Exploração Previsional, tendo em conta o Custo das Matérias Consumidas, o Fornecimento e Serviços Externos, Custos com Pessoal, Depreciações, Outros Custos e Perdas e Custos e Perdas de Financiamento, prevenindo-se que os gastos atinjam o valor de um milhão cento e setenta e três mil e seiscentos e noventa e dois euros e setenta e um cêntimo (1.173.692,71€).

Relativamente aos Rendimentos tendo em conta as rubricas: Serviços Prestados, Subsídios à Exploração e Outros Rendimentos e Ganhos, refreia que se prevê que atinjam o valor de um milhão duzentos e nove mil cento e quarenta e três euros e oitenta e seis cêntimos (1.209.143,86€).

De seguida apresentou o Orçamento de Investimentos para dois mil e dezasseis, destacando os Ativos Fixos Tangíveis e os Ativos Fixos Tangíveis em curso.

Não havendo dúvidas o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal para este se pronunciar sobre os documentos apresentados.

O Presidente do Conselho Fiscal procedeu à leitura

da ata número vinte e seis, aprovando os respectivos documentos.

Não havendo questões, procedeu-se à votação dos referidos documentos, cada um por si, tendo sido aprovados por unanimidade e dados como transcritos nesta ata ficando apensos à mesma.

Findo o ponto dois o Presidente da Direcção tomou a palavra para apresentar o ponto três - E.R.P.F. - ponto de situação.

Iniciou a apresentação, esclarecendo os sócios que ao contrário do que foi referido pela TVI, as obras embora estivessem concluídas, só em vinte de julho é que se recebeu a última licença, pelo que o atraso não é de um ano mas sim de alguns meses, relativamente ao início de actividade.

Esclareceu que embora a Instituição tivesse realizado candidatura ao PROCOP, foi solicitado ao Sr. Ministro a sua inserção ao concurso para aprovação de Acordos de Cooperação, julgando-se assim conseguir acelerar o processo, sem sucesso, pelo menos até à data.

Tendo em conta a necessidade de funcionamento/abertura da E.R.P.F., dadas as despesas inerentes à sua manutenção, foi decidido abrir inscrições a título privado, para cerca de vinte utentes, prevendo-se a sua actividade para ganho de dois mil e dezanove. Ainda relativamente à E.R.P.F. referiu prevêr-se a mudança gradual para a nova sede a partir do mês de dezembro, começando com os serviços administrativos, os serviços sociais e por fim as respostas sociais, prevendo-se o processo de transferência terminado até finais de janeiro de dois mil e dezanove.

Para terminar referiu que esta transferência não era um capricho, mas sim uma necessidade

terdo em conta o estado de alguns equipamentos, já considerados em fase de rutura e a necessidade de adaptacão por parte dos colaboradores aos novos equipamentos.

Disto isto, reforçou o impetho da direcção em conseguir a dispensa da candidatura ao PROCOOP para agilizar procedimentos e colocou-se à disposição dos sócios para algum esclarecimento.

Não havendo dúvidas o Presidente da Assembleia Geral passou ao ponto quarto da ordem de trabalhos - votacão da ata em minuta, aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrar a sessão, pelo que se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia, José Luís Sousa Reselo, pelo primeiro secretário Álvaro Manuel Centeio e o segundo secretário Arnaldo de Castro Marques Henriques.

Presidente da Assembleia : José Luís Reselo

1.º secretário : Álvaro Manuel Centeio

2.º secretário : Arnaldo de Castro Marques Henriques